

Economia, Brasil

Simonsen ensina

14 FEV 1982

como conseguir JORNAL DO BRASIL baixar os juros

São Paulo — "Tornar os juros internos independentes dos externos é impossível. O tabelamento de juros no final de 1979 acabou sendo catastrófico, como qualquer bom economista poderia prever. Contudo, hoje estamos vivendo uma espécie de tabelamento às avessas: para não afrouxar a demanda de empréstimos externos, o Governo não deixa que as taxas de juros caiam abaixo de um certo piso, na faixa dos 25% a 30% ao ano".

A análise é do ex-Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, que, apesar das dificuldades, considera oportuno o estudo de algumas medidas capazes de aliviar as tensões provocadas pelos atuais juros reais.

— Após lembrar uma frase de Helmut Schmidt, segundo o qual "essas taxas de juros não se vêem desde os tempos de Jesus Cristo", Simonsen afirmou que uma saída para a atual situação seria o tratamento fiscal diferenciado, em caráter temporário, do pagamento de juros internos e externos. "A lógica dessa medida está em que nos Estados Unidos, de onde provém a epidemia internacional dos juros, o custo real do dinheiro é abrandado pelo Imposto de Renda".

Limite insuportável

Uma outra medida que o ex-Ministro considera factível para diminuir o peso dos juros sobre a economia, seria lançar mais fortemente as empresas estatais no mercado de empréstimos em dólares e, ao mesmo tempo, restringir seu acesso aos financiamentos em cruzeiros. "Medidas desse tipo encerram alguns inconvenientes, mas merecem ser estudadas por uma razão básica: em matéria de juros reais, há um limite além do qual nenhuma economia pode suportar. Afinal, é muito difícil encontrar um investimento que, em termos reais, renda de 25% a 30% ao ano".

Ano penoso

A recessão de 1981, provocada pelo aperto monetário e pelos juros explosivos, pode ter sido extremamente penosa, na opinião do professor Mário Henrique Simonsen, que vê, como único consolo, o fato de que os efeitos de um impasse cambial teriam sido muito piores. "O país seria forçado a um racionamento drástico de importações que paralisaria numerosas indústrias, alastraria o desemprego e levaria a inflação a cifras intoleráveis".

Considerou que uma reviravolta monetarista, como a registrada em 1981, pode ter sido dolorosa, mas destacou que "muito pior é uma recessão desorganizada oriunda de uma crise cambial. Quem tiver dúvidas, que olhe para a Polônia".

Para Simonsen, "a desgraça do Brasil é não emitir dólares. Os Estados Unidos, quando se apertam no balanço de pagamentos, saldam compromissos externos com a sua própria moeda criando liquidez internacional. Em menor escala, outros países emissores de moeda de reserva podem socorrer-se do mesmo expediente".

Assinalou que, "infelizmente, o Brasil não tem como saldar os seus débitos externos em cruzeiros. Isto posto, toda a política econômica interna fica condicionada a uma restrição fundamental de balanço de pagamentos: o nível de reservas não pode cair ao ponto de ameaçar uma crise cambial".

Como o atual nível de reservas não chega a ser confortável, observou o ex-Ministro que a condição maior da política econômica brasileira em 1982 é a de que a entrada de dólares, através das exportações de bens e serviços, investimentos diretos e captação de novos empréstimos externos, não fique abaixo da saída de dólares resultante das importações de bens e serviços e dos pagamentos de amortizações e juros. "A julgar pelas estimativas do orçamento monetário, que prevêem 3 bilhões de dólares de superávit comercial, isso exigirá a captação de cerca de 14 bilhões de dólares de empréstimos".

Ele reconheceu que a necessidade de girar permanentemente uma vultosa dívida externa limita consideravelmente as margens de manobra em política econômica e afirmou que de um lado é preciso manter a confiança dos credores internacionais, que está restritamente vinculada à expectativa de desempenho do balanço de pagamentos, em geral, e à do saldo comercial, em particular.

Dante desse quadro, o ex-Ministro destacou que "infelizmente não há soluções fáceis para os problemas difíceis e o melhor que o Brasil tem a fazer é continuar girando disciplinadamente a sua dívida externa dentro de uma estratégia de ajuste paulatino do balanço de pagamentos, a qual só se pode apoiar em dois pilares: a expansão das exportações e a substituição de importações. Dívida externa é efeito e não causa".

O importante é que ela cresça em percentagem inferior ao aumento das exportações, para que um endividamento crescente não degenerem num endividamento em bola de neve — afirmou.

Acrescentou o professor Mário Simonsen que alguns defensores da proposta de reescalonamento da dívida externa sonham com um pacto pelo qual os financiadores externos aceitassem ao mesmo tempo o reescalonamento e a sustentação do atual nível de 15 bilhões ou 18 bilhões de dólares anuais de novos empréstimos ao Brasil.

Leia editorial "Plano Inclinado"